

VOZES DE ESTUDANTES DA REDE PÚBLICA DO ENSINO MÉDIO NO NORTE DO ESPÍRITO SANTO: APROXIMAÇÕES

MOREIRA, Ruth Sales Firme¹
INOCH, Débora Valim²
GADEIA, Leticia Cellia³
PAIVA, Jair Miranda de⁴

Resumo

Intencionamos neste artigo discutir aspectos do ensino médio articulados à sua história no Brasil, seu atual contexto, bem como discutir, entrelaçando referenciais teóricos, falas de estudantes dessa etapa da educação básica de uma escola pública: suas impressões, perspectivas, sonhos, vivências e (des)afetos os quais atravessam suas jornadas escolares. Tendo em vista questões acerca do Novo Ensino Médio (NEM), as investigações realizadas tiveram como metodologias pesquisa bibliográfica, documental e um encontro com um grupo de discentes da segunda série do ensino médio, da/na escola EEEM Ceciliano Abel de Almeida - unidade de ensino localizada no norte do estado do Espírito Santo -, momento no qual foram realizados depoimentos orais do coletivo presente. Os dados alcançados revelam que, mesmo com o passar dos anos do seu surgimento, o ensino médio com perspectivas ao ensino superior continua sendo majoritariamente para pessoas elitizadas, ao passo que forma para o mercado de trabalho as classes menos favorecidas. Além disso, documentamos, ainda, fala dos/as discentes as quais entrelaçam um desejo por ascensão social, impasses entre a obrigatoriedade da escola e a falta de estímulo em frequentá-la, além dos sonhos e projetos que foram postos em circulação através das vozes presentes.

Palavras-chave: Dualismo. Educação. Novo Ensino Médio. Perspectivas estudantis.

Introdução

Com a criação da Lei nº 13.415/17, que estabelece diretrizes para o atual e Novo Ensino Médio, alterando a Lei nº 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) -, discussões acerca dessa etapa do ensino têm tomado destaque em âmbito nacional, envolvendo a esfera não apenas educacional, mas social, política e econômica. Com o objetivo de compreender, sinteticamente, o histórico da última etapa da educação básica, para isso fazendo um resgate histórico

¹ Graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário Norte do Espírito Santo. Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: ruth.moreira@edu.ufes.br.

² Graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário Norte do Espírito Santo. Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: debora.inoch@edu.ufes.br.

³ Graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário Norte do Espírito Santo. Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: leticiaacellia@gmail.com.

⁴ Doutor em Educação. Professor do Departamento de Educação e Ciências Humanas do Centro Universitário Norte do Espírito Santo da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: paivajensino@gmail.com.

entrelaçado à discussões recentes referentes ao Ensino Médio, e documentar falas/vozes de estudantes de uma escola pública da rede estadual de educação do Espírito Santo é que este trabalho se desenvolve

Impulsionados/as pela grande dificuldade que tem sido reconhecer o público juvenil como conjunto de principais sujeitos junto à classe docente no processo de elaboração e implantação das políticas públicas, os/as escutamos: quem são como alunos/as, estudantes do ensino médio, filhos/as, trabalhadores/as, fatores internos e externos que influenciam em sua jornada acadêmica, suas experiências, volições, angústias e projeções de suas vidas, tão atravessadas e que atravessam transversalmente a escola. Nesse sentido,

Podemos dizer que a diversidade é uma marca da condição juvenil contemporânea e o seu reconhecimento deve ser base para qualquer projeto pedagógico no ensino médio. Se as diferenças produzem tensões no cotidiano escolar, o seu silenciamento e a negação do direito à diferença significam reforçar a já tensa relação da juventude com a escola (Leão, 2018, p. 15,).

De acordo com Krawczyk (2014), o Ensino Médio, composto por jovens, não somente no nosso Brasil, mas em outros países das Américas e Europa, nunca teve uma identidade bem definida. A autora destaca o porquê essa etapa do ensino é tão debatida, argumentando sobre sua origem dual - qualificação de mão de obra para as classes menos favorecidas e ensino propedêutico, preparatório para entrada no ensino superior às elites.

Assim, percorrendo a história do Ensino Médio no Brasil, pensando-o em seu atual contexto inserido numa lógica econômica neoliberal, pretendemos neste trabalho discutir aspectos atuais e documentar falas de estudantes da rede pública estadual do norte do Espírito Santo sobre suas impressões dessa etapa do ensino, bem como do processo de escolarização como um todo.

1 Ensino Médio na história da educação do Brasil: “um museu de grandes novidades”

O Ensino Médio no Brasil, desde sua gênese, tem caráter dual e propedêutico, isto é, excludente das camadas mais pobres e preparatório para o ensino superior aos mais abastados. Romanelli (1986) percorre a história da educação no país para encontrar possíveis causas da defasagem que há na educação brasileira. Para tanto, a professora faz um estudo exaustivo dos períodos

educacionais vividos no país, desde a chegada do primeiro modelo de educação imposto pelos jesuítas, até a Independência, quando o Brasil se torna império.

De acordo com a autora, somente conseguimos vislumbrar possíveis problemas da educação brasileira a partir do entendimento dos conceitos de herança cultural, evolução econômica e estruturação do poder político, os quais perpassam a educação, pois, o que caracteriza a educação brasileira é a luta entre forças conservadoras e progressistas modernizadoras. Portanto, para entender os processos, lutas, reformas, entre outros aspectos que discutem os rumos da educação, há a necessidade de recorrer à história dela, entender a base do sistema econômico do país, bem como identificar as forças políticas discutindo e tomando decisões sobre e para a esfera educacional.

O primeiro modelo de educação formal que tivemos em nosso país foi à época em que o Brasil era colônia portuguesa. Ávidos por fiéis e movidos pelo espírito antirreformista que pairava pela Europa em meados do século XV, os jesuítas, em 1549, foram os responsáveis por introduzir uma educação de caráter europeu, isto é, formadora do “homem culto”, destinada aos filhos de colonos e com perspectivas voltadas a quem não iria assumir nenhum trabalho braçal; educava para “as coisas do espírito”. Assim, com essa educação à margem da realidade social, os abusos, que eram a base da economia estruturada na mão de obra escravizada e a detenção de terras por homens brancos, continuavam sendo praticados, dando continuidade a então organização social de base exploratória, escravista, latifundiária, patriarcal e extremamente estratificada (Romanelli, 1986).

No mesmo ano de sua chegada, os fiéis da Companhia de Jesus fundaram os seminários-escolas, o que corresponderia, hoje, a grosso modo, ao ensino médio. Essas escolas tinham caráter propedêutico, de formação inicial, preparatória para o ingresso nas universidades europeias. De acordo com Pinto (2007, p. 48):

Portanto, o ensino médio no Brasil já nasce com um caráter seletivo, propedêutico, com um currículo centrado nas Humanidades, pouco afeito às ciências experimentais e com uma metodologia que valorizava a disciplina e a memorização, características que, em linhas gerais, estão presentes até hoje.

Com isso, conclui-se que a primeira experiência de uma educação secundária no país foi extremamente excludente, destinando-se apenas a uma pequena parcela da população então residente no país.

Em 1759, com a Reforma Pombalina, os jesuítas foram expulsos do país, uma vez que o primeiro-ministro de Portugal, Marquês de Pombal, alegava que a educação clerical era retrógrada. Assim, um sistema organizado, concentrado nas mãos dos jesuítas foi deposto, causando uma desordem na organização educacional vigente, gerando crises. Porém, mesmo com a expulsão dos fiéis da Companhia de Jesus, a educação continua a cargo deles, uma vez que as aulas régias introduzidas por Pombal - aulas avulsas ministradas por professores formados pelos jesuítas - continuavam com o mesmo caráter seminarista. (Pinto, 2007).

Com a chegada da Coroa e Independência do Brasil em 1822, o que vai mudar na educação é apenas o fato de se criarem algumas universidades no país. Um importante acontecimento legislativo o qual mudará significativamente os rumos da educação primária e secundária é o Ato Adicional de 1834, que previa às províncias (atuais Estados) legislar e organizar a educação elementar e secundária, ao passo que ficava a cargo do Poder Central a organização do ensino superior. A educação secundária, até esse momento, continuava com foco nos ditos exames parcelados, ou seja, exames de admissão no ensino superior, o que perdurou até 1930. “A legislação que instituiu os exames parcelados só foi revogada em 1930 e consolidou no ensino secundário o caráter propedêutico que o caracteriza até hoje (Pinto, 2007), p.49”.

De modo geral, portanto, o ensino secundário no Brasil, quando colônia e império, momento de sua criação e vigência, respectivamente, era para poucos - filhos de colonos -, preparatório para ingresso na universidade.

A partir do Estado Novo, à Era Vargas (1937-1945), com a criação de uma Nova Constituição Federal em 1937, feita por Francisco Campos, os ensaios de um sistema educacional mais democrático sofreram retrocessos. Enquanto a carta de 1934 previa que a educação era um direito de todos e obrigação do Estado, a Constituição de 1937 coloca a cargo da família a obrigação da educação integral, se eximindo da responsabilidade de garantir educação ao povo brasileiro. Além disso, ficava a cargo dos menos necessitados a manutenção do caixa escolar para cumprimento de despesas. Assim, a educação era financiada pela elite brasileira. Com isso, esse novo documento reforçava e dava continuidade ao dualismo educacional, visto que o ensino profissional era destinado às classes mais pobres,

ao passo que o preparatório para o ensino superior era destinado às classes dominantes. De acordo com Ghiraldelli (2003):

A intenção da Carta de 1937 era manter um explícito dualismo educacional: os ricos provieram seus estudos através do sistema público ou particular e os pobres, sem usufruir desse sistema, deveriam ter como destino as escolas profissionais ou, se quisessem insistir em se manter em escolas propedêuticas a um grau mais elevado, teriam de contar com a boa vontade dos ricos para com os caixas escolares (p. 83-84).

Ainda durante a ditadura Vargas, uma reforma, chamada Reforma Capanema, pelo então ministro da educação, Gustavo Capanema, por decretos-leis ou Lei Orgânicas do Ensino, mudou os rumos educacionais do país até a posteridade do período em questão, em 1971. Com a crescente industrialização e urbanização do país, houve a necessidade por mão de obra técnica, que impulsionou o ensino profissionalizante, o que foi base para, em termos legais, se oficializar o dualismo educacional, visto que a reforma previa ensino secundário público às elites condutoras e o ensino profissionalizante para outros setores da população. Essas leis orgânicas forjaram o primeiro modelo de centralização sistêmica da educação pelo Estado, este que, à época “[...] impôs ao sistema público de ensino uma legislação que procurou separar aqueles que poderiam estudar daqueles que deveriam estudar menos e se dirigir ao mercado de trabalho mais rapidamente.” (Ghiraldelli, 2003, p.87).

Em 1971, com a criação da Lei nº 5.692, o regime militar brasileiro dá uma nova configuração à educação secundária e profissionalizante, unificando o ensino primário ao antigo ginásio, criando o primeiro grau, com duração de 8 anos, obrigatório e gratuito em escolas públicas, além de tornar obrigatório o ensino técnico no segundo grau - coisa que não agradou à elite, visto que não era de seu interesse a profissionalização, mas preparação para entrada no ensino superior, o que determinou o final da profissionalização compulsória em 1982, com a Lei nº 7.044 (Pinto, 2007). De modo geral, o ensino médio ainda continuava sendo para poucos.

Atualmente, com as reformas impostas, em função da Lei nº 13.415, que altera da Lei de Diretrizes e Bases da educação nº 9394/96, aprovada no governo de Michel Temer, em 2017, o ensino médio passou por uma extensão da carga horária distribuída em um núcleo de formação geral e outro profissionalizante, pelos ditos itinerários formativos, que tomam forma a partir das disciplinas eletivas (Brasil, 2023). Acontece que, hoje, vivemos o que especialistas chamam de crise do

neoliberalismo. Esse modelo econômico se estrutura na ideia de que o livre mercado não é um dado natural, mas uma construção política e jurídica, surgindo como reação às intervenções do Estado na economia pós Crise do petróleo, em 1974 (Almeida, 2022). Seu objetivo é impor a forma de mercado em todos os âmbitos sociais, inclusive, na educação. Desse modo, o setor educacional atingiria sua eficiência máxima com uma mínima ou nenhuma intervenção do Estado, uma vez que ele é importante apenas para investir e não para gerir, e sua intervenção atrapalha a livre concorrência entre as escolas - empresas à perspectiva dos neoliberais. “Preferencialmente não deve haver sistema público de educação, mas se houver ainda alguma estrutura, ela é mais uma competidora nesse mercado, portanto, sua própria qualidade, segundo este pensamento, melhora pela concorrência” (Freitas, 2018, p. 32).

Ainda sob a égide empresarial voltada ao argumento do “protagonismo estudantil” - ratificado pela Base Nacional Comum Curricular (2023) - ao determinar em seus objetivos ou “habilidades e competências” a serem desenvolvidas pelos/as estudantes, há um deslocamento da responsabilidade do Estado e imposição aos ombros de alunos/as a “competência” de aprender. É a tentativa de formação de sujeitos neoliberais, empresários de si mesmos, no dizer de Foucault, na qual a educação deixa de ser coisa pública e passa a ser individual, e os sujeitos nela envolvidos são iludidos de uma certa liberdade de escolha e crescimento infinito (lógica de mercado), o que muito agrada ao Estado, uma vez que “É necessário governar para o mercado, em vez de governar por causa do mercado” (Foucault, 2008, p.165).

Retomando o pensamento inicial de Romanelli, pensando a educação a partir das heranças culturais, narrativas políticas e economia, percebemos que, historicamente, há uma certa insistência em profissionalizar as camadas mais pobres da população brasileira e os rumos que ela tem tomado provém de sujeitos neoliberais. Assim, a escola, com destaque à etapa do ensino médio, tem sido utilizada como dispositivo de formação de subjetividades operando à lógica de mercado, enquanto a cultura hegemônica reina.

2 Vozes de estudantes da rede pública de ensino de São Mateus, ES

Considerando ser de suma importância ouvir os/as afetados/as diretamente pela Reforma do Ensino Médio, colocamo-nos ao lado de estudantes da segunda

série do ensino médio da rede pública de ensino de São Mateus-ES, para deles/as ouvir suas impressões sobre esta etapa da educação básica. Assim, adentramos nos cotidianos escolares daquele público e dele - discentes que estudam no período noturno - ouvimos suas colocações, vivências, projetos, aversões, sentimentos verbalizados, temas próprios do ser humano e que atravessam e são atravessados pela escola. A conversa/entrevista/circulação da fala no espaço escolar - mais especificamente, numa sala de aula -, foi o locus da construção de dados. Serpa (2018), ao narrar suas construções metodológicas de suas pesquisas nos chama a atenção para a pesquisa não do cotidiano, coisificando-o, mas com o cotidiano, dizendo das surpresas que podemos encontrar, de deixar-se ir e mergulhar, muitas vezes, profundamente junto dos sujeitos da pesquisa, nos aproximando destes. Segundo a autora, há a necessidade de narrar(se) e que a troca de vivências, experiências, falas é muito importante para que o conhecimento e as formas de *saberinstruir* bancárias e racionalistas não apaguem os sujeitos nelas envolvidos. De acordo com ela: “[...] a conversa como o lugar fundamental e privilegiado [...]” no qual os/as participantes de sua pesquisa “[...] se encontram, se desafiam, se complementam, se antagonizam, se movem, se transformam” (Serpa, 2018, p.104).

Nesse sentido, as vozes dos discentes que conversamos, muitas vezes, concordavam, outras, discordavam, diziam de vários assuntos que tocam à escola, considerando-a como relevante ou irrelevante, a depender de quem dizia sobre ela e a educação como um todo. Um dos estudantes disse que “*A escola é importante para tornar as pessoas importantes. Ser um professor, um diretor...*” De acordo com as autoras Abramovay e Castro, a perspectiva por grande parte desse público é a de que o ensino médio proporciona a eles/as uma mobilidade social. “Assim, ainda que critiquem a escola, tendem a depositar nela a confiança de que essa possa modificar destinos de classe [...]” (Abramovay; Castro, 2003, p. 164).

A pesquisa das autoras percorreu grandes capitais do país, buscando saber de jovens estudantes do ensino médio, na dependência administrativa pública e privada, qual era o sentido da última etapa da educação básica para os/as discentes, sendo a preparação para entrada no ensino superior o pensamento mais comum posto pelos atores envolvidos na pesquisa. A investigação revela, ainda, que as respostas sobre a finalidade do ensino médio variam muito quando se compara os turnos diurno e noturno. Há uma diminuição da resposta “Preparar-se para o curso superior (vestibular)” quando a pergunta é direcionada a estudantes do turno

noturno, ao passo que a resposta “Conseguir trabalho” aumenta. “Esses dados sugerem que os alunos do período noturno, possivelmente pelas necessidades impostas, têm horizontes mais limitados” (Abramovay; Castro, 2003, p. 168). Ao serem perguntados/as sobre quem trabalhava durante o dia, a maioria dos/as estudantes levantaram a mão e esclareceram que a única opção para continuarem os estudos seria no período noturno. Uma das alunas, corajosamente, e, emocionando-se em alguns momentos em sua fala, disse de seus anseios, comunicando-nos que gostaria de ser tatuadora e que também gostaria de fazer enfermagem. Quando ela estava prestes a entrar no ensino médio, pensou na possibilidade de estudar no Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), porém *“No IFES não dá para trabalhar e estudar [...] Trabalho para ajudar minha mãe.”*

Houve um momento no qual o assunto foi Universidade Pública Federal e Instituto Federal. Grande parte dos/as discentes ficaram muito curiosos/as e interessados/as sobre a entrada em instituições dessa natureza, demonstrando desconhecimento total ou parcial em relação ao acesso, às políticas de permanência das instituições, se, para estudar nelas, paga, e, no caso de estarmos inseridos/as no norte do estado no Espírito Santo, numa cidade que abriga um Instituto Federal (IFES, Campus São Mateus) e uma Universidade Pública Federal (Universidade Federal do Espírito Santo, Campus São Mateus), quais cursos são ofertados. Com esse fato, destacamos que a escola, por vezes, ao privilegiar o cumprimento currículo prescrito, desconsiderando e/ou não se atentando para a importância que tem na construção da biografia das vidas nela inseridas, principalmente nessa etapa da educação básica, não escuta as demandas a ela trazidas, circundante da sua atuação enquanto locus de democratização de conhecimento e informações que têm relação direta com o ensino e projetos de vida.

A convivência no espaço escolar, os componentes curriculares com todos os seus limites, as atividades que extrapolam o contexto das aulas, assim como as relações estabelecidas com os profissionais da educação, são elementos constitutivos para a construção de projetos de vida. Não existem receitas prontas para a atuação da escola junto aos jovens para a construção de projetos de longo prazo. Mas um olhar mais atento às biografias desses jovens e às demandas que são trazidas para a escola permitirá que cada instituição de ensino possa incluir ações que contribuam no sentido de ampliar as possibilidades, não só de construção mas também de viabilização de projetos de vida (Weller, 2014, p. 141).

No que toca aos desafios do Ensino Médio, Krawczyk (2014), esclarece-nos sobre as inúmeras dificuldades encontradas nessa etapa da educação por parte de

alunos/as e suas famílias. Ao aproximar as relações familiares da escola e, pensando-as conjuntamente a partir das juventudes nelas inseridas, a autora destaca que, para muitas famílias, o fato de alguns estudantes estarem na escola é uma despesa a mais, uma subtração de renda, já que o trabalho do/a jovem ajudaria na luta pela sobrevivência. Na roda de conversa, um dos estudantes disse que seus pais não queriam que ele fosse mais à escola “[...] *pois querem que eu ajude na zona rural.*”; porém, o jovem insiste: “*Quero terminar meus estudos.*”

Espera-se que o jovem tenha autonomia financeira, participe da cultura, consumo e política. Porém, há fatores externos às vidas desse grupo os quais influenciam de forma direta no que a sociedade espera da juventude, como é o caso citado anteriormente da relação que o aluno tem com sua família, que deseja dele ajuda para o trabalho na zona rural. Desse modo, Weller (2014, p. 139) aponta-nos que:

Atualmente, os jovens brasileiros têm questionado a forma como a classe política e os canais de participação estão organizados. Em condições sociais de grande insegurança e de risco, muitos jovens encontram refúgio em projetos de curto ou curtíssimo prazo.

De acordo com o a Lei nº 13.415/2017, “Os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais” (Brasil, 2017). Quando convidados a falar sobre suas impressões do novo componente curricular Projeto de Vida, os/as discentes demonstraram considerá-lo desimportante, sem utilidade, dizendo ser “[...] *aula vaga; na fala é muito bonito, mas, na prática, a gente fica vago.*”

Considerações finais

A partir de uma breve análise e compreensão dos processos histórico-sociais que evidenciam a exclusão dos sujeitos menos abastados, sendo a estes, muitas vezes, apresentado e proporcionado apenas o caminho da profissionalização durante o Ensino Médio, em meio a tantas vivências e questionamentos explicitados, os/as jovens que participaram da roda de conversa nos apontam o quanto a falta de informações básicas afetam as decisões e escolhas deles/as, o quanto questões externas atravessam suas carreiras escolares - seja da família, governo, sociedade -, assim como suas impressões e anseios sobre sobre a etapa do ensino em questão dizem respeito às suas vidas.

Destacamos as falas que dizem ansiar por ascensão social - e veem na escola uma ponte possível para tal -; a diferença do público que estuda durante o dia para o noturno - neste, a maioria é de jovens trabalhadores/as -, principalmente em relação às perspectivas de vida; como o engendramento das relações familiares influencia na vida escolar dos/as discentes, além da percepção dos/as alunos/as sobre a disciplina “Projeto de Vida” e a falta de informações acerca redes de ensino superior públicas, que devem ser ocupadas por esses atores.

Concluimos enfatizando a importância de, cada vez mais, nos aproximarmos, pesquisadores/as, dos ambientes escolares, ouvindo, nos inserindo, documentando, materializando por meio da investigação e escrita as impressões e anseios de jovens brasileiros/as, objetivando melhorias e atenção com correspondência às demandas juvenis trazidas à escola pública.

Referências

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary GARCIA (Coord.). **Ensino Médio: múltiplas vozes**. Brasília: UNESCO/MEC, 2003.

ADRIÃO, Theresa. **Organização do ensino no Brasil**. São Paulo: Editora Xamã, 2007.

ALMEIDA, Silvio. **O que é o NEOLIBERALISMO?** | Silvio Responde. YouTube, 27 de outubro de 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=sjG5JgpnzaA&t=2s>>. Acesso em: 18 de maio de 2023.

BRASIL. **Novo Ensino Médio - perguntas e respostas**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>>. Acesso em: 01 de mai. de 2023.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum**. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 18 de abr. 2023.

_____. Presidência da República. **Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 26 de maio de 2023.

_____. Presidência da República. **Lei no 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis n o 9.394, de 20 de dezembro de 1996[...]. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm>. Acesso em: 26.mai 2023.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GHIRALDELLI JR., Paulo. **Filosofia e história da educação brasileira**. São Paulo: Manole, 2003.

KRAWCZYK, Nora. Uma roda de conversa sobre os desafios do ensino médio. In: DAYRELL, Juarez *et al* (Org.). **Juventude e Ensino Médio: sujeitos e currículos em diálogo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

LEÃO, Geraldo. **O que os jovens podem esperar da reforma do ensino médio brasileiro?** Belo Horizonte, Educação em Revista, n.34, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edur/a/5ZBJkFDW3d6pL9KVFcFCQHx/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 17 de julho de 2023.

PINTO, José Marcelino Resende. O ensino médio. In: OLIVEIRA, Romualdo P. de. e ADRIÃO, Theresa. **Organização do ensino no Brasil**. São Paulo: Editora Xamã, 2007.

ROMANELLI, Otaíza de O. **História da educação no Brasil (1930-1973)**. 8.ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SERPA, Andréa. Conversas: possibilidades de pesquisa com o cotidiano. In: LARROSA, Jorge (org.). **Elogio da Escola**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

WELLER, Vivian. Jovens no ensino médio: projetos de vida e perspectivas de futuro. In: DAYRELL, Juarez *et al* (Org.). **Juventude e Ensino Médio: sujeitos e currículos em diálogo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.